

# Associações que defendem direitos de pessoas trans em 22 países denunciam à ONU assassinatos no Brasil

*60 organizações cobram que as Nações Unidas e a OEA declarem o país como não seguro para a população LGBTQIA+ caso os crimes continuem. Brasil é o que mais mata trans no mundo.*

**(G1 | 14/07/2021 | Por Redação)**

Um grupo de 60 associações de defesa dos direitos de pessoas trans de 22 países denunciou os assassinatos dessa população no Brasil à Organização das Nações Unidas ([ONU](#)).

Em carta divulgada nesta quarta-feira (14), as organizações citam “a extrema violência generalizada”, a impunidade e a falta de medidas por parte do governo para erradicar esses problemas.

Há uma semana, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que também assina a carta, informou que ao menos [80 pessoas trans foram mortas no Brasil no 1º semestre](#) deste ano. [Em 2020, foram 175](#), um recorde desde quando a entidade começou a contabilizar esses crimes, em 2017.

Com isso, o Brasil manteve a posição de país que mais mata trans no mundo, à frente de México e Estados Unidos, segundo a ONG Transgender Europe (TGEU), que monitora 71 países.

Na carta, as 60 organizações pedem que o Secretário-Geral das Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Organização dos Estados Americanos ([OEA](#)) intercedam junto ao governo brasileiro para que sejam integrados na aplicação e na interpretação da legislação interna os tratados internacionais sobre direitos humanos com relação a identidade de gênero e os Princípios de Yogyakarta.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

---

# Brasil fica de fora de declaração da ONU sobre direitos reprodutivos das mulheres

*Documento, apresentado no Conselho de Direitos Humanos, tem chancela de 65 países*

[\(Folha de São Paulo | 08/07/2021 | Por Angela Boldrini\)](#)

## BRASÍLIA

O Brasil ficou de fora de uma declaração assinada por 65 países membros da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. O [documento](#), lido na terça-feira (6) por Monique van Daalen, representante da Holanda no Conselho de Direitos Humanos do órgão, pede que os países tomem medidas para assegurar a igualdade de direitos para mulheres e meninas.

Segundo o texto, a interrupção de serviços de saúde feminina devido à pandemia “pode levar a um aumento de gravidezes adolescentes e não planejadas, abortos inseguros e mortalidade materna”. Além disso, os países dizem que há a possibilidade de que 13 milhões de meninas sejam forçadas a se casarem ainda crianças. No Brasil, a pandemia gerou uma [crise sem precedentes](#) nos serviços de aborto legal.

O documento faz referência ao fórum Generation Equality, realizado no México e na França neste ano e no qual foram acordados [compromissos de US\\$ 40 bilhões](#) para desenvolvimento da agenda de combate à desigualdade de gênero. Uma das linhas de ação do encontro era justamente o de direitos reprodutivos e sexuais de mulheres e meninas. Como a **Folha** mostrou, o

Brasil [ignorou](#) convites para participar do fórum.

“Estamos profundamente preocupados com os crescentes ataques a instrumentos internacionais longevos em prol da igualdade de gênero, incluindo aqueles sobre saúde reprodutiva e sexual e autonomia corporal”, afirma a declaração. “Devemos ficar firmes no suporte a esses instrumentos, já que mulheres e meninas precisam dessas salvaguardas mais do que nunca.”

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

---

## **Em evento da ONU, mais de 200 mulheres pedem ação das gigantes da tecnologia contra assédio online**

*Graça Machel, Julia Gillard, Billie Jean King, Thandie Newton, Ashley Judd, Emma Watson e Diana Abbott assinaram a carta aberta apresentada no Fórum Geração Igualdade, realizado pela ONU em Paris*

[\(O Globo | 01/07/2021 | Por Aina J. Khan, do New York Times\)](#)

Mais de 200 mulheres de todo o mundo, incluindo atrizes, jornalistas, musicistas e lideranças políticas, escreveram uma carta aberta pedindo aos CEOs de Facebook, Twitter, TikTok e Google para “priorizar a segurança das mulheres” em suas plataformas.

A carta foi publicada nesta quinta (1) pela Fundação World Wide Web Foundation e coincide com um compromisso das quatro gigantes da tecnologia de melhorar a segurança de suas plataformas online. A promessa

das empresas e a carta, que pretende responsabilizá-las por seus compromissos, vieram no segundo dia do Fórum Geração Igualdade, realizado pela ONU em Paris, com foco na igualdade de gênero.

Assinam a carta, entre outras: Graça Machel, viúva de Nelson Mandela; Julia Gillard, ex primeira-ministra da Austrália; Billie Jean King, campeã de tênis; e as atrizes Thandie Newton, Ashley Judd e Emma Watson.

“A internet é a praça pública do século XXI. É onde o debate acontece, comunidades são criadas, produtos vendidos e reputações são feitas. Mas a escala de abuso on-line mostra que, para muitas mulheres, essa praça digital não é segura. Isso é uma ameaça ao progresso na igualdade de gênero”, diz o texto da carta.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

---

## **Brasil ignora contatos da ONU para participar de fórum sobre desigualdade de gênero**

*Brasil foi contatado pela França e informado sobre como participar institucionalmente do fórum*

**([Folha de Pernambuco | 25/06/2021 | Por Angela Boldrini, Folhapress](#))**

Integrantes da cúpula da ONU Mulheres, incluindo a diretora-executiva do órgão, Phumzile Mlambo-Ngucka, afirmam que o governo brasileiro não demonstrou interesse em participar do fórum internacional que estabelecerá uma agenda de combate à desigualdade de gênero para os próximos cinco anos.

“Estamos em contato com o governo, mas não tivemos muito sucesso. Apesar

disso, estamos abertos caso eles queiram negociar a participação”, disse Mlambo-Ngucka. “Embora o governo não esteja presente, a iniciativa privada e a sociedade civil vão representar o Brasil”.

A diretora-executiva falou a jornalistas durante conferência sobre o fórum Generation Equality, que acontecerá entre 30 de junho e 2 de julho, em Paris, com transmissão pela internet.

De acordo com a organização do evento, o Brasil foi contatado pela França e informado sobre como participar institucionalmente do fórum. Para isso, seria necessário que as autoridades brasileiras se dispusessem a fazer um compromisso relacionado às discussões do fórum.

A diretora-executiva falou a jornalistas durante conferência sobre o fórum Generation Equality, que acontecerá entre 30 de junho e 2 de julho, em Paris, com transmissão pela internet.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

---

## **EUA e ONU querem direito à saúde sexual como dever estatal; Brasil resiste**

[\(UOL | 20/06/2021 | Por Jamil Chade| Acesse a matéria completa no site de origem\)](#)

Cresce a pressão internacional para tentar impedir que as políticas de direitos humanos defendidas pelo governo de Jair Bolsonaro e aliados ultraconservadores ganhem espaço nos organismos multilaterais.

Durante a sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que inicia nesta segunda-feira (21), documentos e ações serão apresentados pelo estipulando medidas que vão no sentido contrário ao que a ala mais radical do bolsonarismo vem adotando no Brasil no que se refere às mulheres. Os textos defenderão o direito à saúde sexual e reprodutiva como “parte integrante do direito à saúde”.

Ao mesmo tempo, o governo de [Joe Biden](#) pretende aprofundar sua aliança com governos ocidentais e democracias para promover a ideia de que educação sexual e direitos reprodutivos devem ser defendidos. A meta é a de frear uma tentativa deliberada da extrema-direita mundial de redefinir o conceito de direitos humanos.

Desde o início do governo de [Jair Bolsonaro](#), o Brasil modificou sua postura nos debates internacionais e passou a combater qualquer resolução e textos na ONU que façam referências à educação sexual ou direitos reprodutivos. A oposição a tais temas passou a ser uma das bandeiras internacionais de Damares Alves, chefe da pasta de Direitos Humanos no Brasil.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

---

## **45% das mulheres não têm autonomia sobre seus corpos, diz relatório da ONU**

(Universa | 23/04/2021 | Mariana Gonzalez)

“Fui estuprada dentro do casamento por diversas vezes, porque meu ex-marido queria me engravidar. Eu não podia tomar remédio nem usar camisinha.” O relato é da vendedora Sabrina, do Rio de Janeiro, que no ano passado contou, [em depoimento a Universa](#), que passou três anos sendo

vítima de [estupro marital](#) — quando o marido é o agressor — e que era proibida de usar [métodos contraceptivos](#).

Como Sabrina, 25% das mulheres no mundo não têm autonomia para dizer não ao sexo e 9% não podem decidir sobre quando usar métodos contraceptivos, segundo um [novo relatório divulgado pela UNFPA](#) (Fundo de População das Nações Unidas). O documento, intitulado “Meu Corpo Me Pertence”, mostra que quase metade das mulheres (45%) no mundo não tem total autonomia sobre seus corpos.

Para chegar a esta conclusão e a outros índices igualmente alarmantes, a UNFPA reúne dados sobre mulheres de 57 países, acerca da autonomia delas em decidir sobre três principais pontos: [sexo](#) (se, quando e com quem querem ter relações sexuais), contracepção (se e quando usar) e cuidados com a própria saúde.

[\*\*\*Acesse a matéria completa no site de origem.\*\*\*](#)

---

## **Sobrecarga doméstica de mulheres é problema de Estado, diz secretária da ONU**

**(Folha de Pernambuco | 03/04/2021 | Por Ângela Boldrini - Folhapress)**

A divisão injusta de trabalho doméstico entre homens e mulheres deve ser alvo de políticas públicas, e não apenas uma questão familiar, defende a secretária-adjunta da ONU Mulheres, Asa Regner.

“Existe uma noção de que o que acontece dentro de uma família é algo que você não consegue melhorar com decisões políticas, mas isso não é verdade”, afirma ela em entrevista à reportagem. Para Regner, ministra da Igualdade

de Gênero na Suécia entre 2014 e 2018, o mundo está longe de alcançar as metas propostas para igualdade de gênero na Conferência de Pequim, marco internacional sobre o tema.

O plano de ação adotado por 189 países em 1995 inclui o fim da violência contra a mulher, a promoção da igualdade econômica e o acesso de mulheres e meninas a serviços de saúde, inclusive reprodutiva.

A secretária também diz que, sem fiscalização, cotas para mulheres na política são ineficazes.

[\*\*Acesse a matéria completa no site de origem.\*\*](#)

---

# **Secretário-geral da ONU apela por combate à violência contra as mulheres**

**(UOL | 15/03/2021 | Por Redação)**

Nações Unidas, Estados Unidos, 15 Mar 2021 (AFP) - O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, fez um apelo ao combate à violência contra as mulheres na abertura da 65ª sessão da Comissão da Situação Jurídica e Social da Mulher, que pretende adotar uma declaração na qual serão exigidas mais medidas contra o assédio sexual.

A pandemia de covid-19 expõe mais as mulheres do que os homens a consequências prejudiciais, disse o chefe da ONU, referindo-se à perda de empregos, abuso sexual e casamento infantil.

Guterres pediu aos 193 países membros da ONU que “adotem um plano de resposta de emergência para combater a violência contra mulheres e meninas”.



Como todos os anos, a Comissão da Situação Jurídica e Social da Mulher, que desta vez se encontra de 15 a 26 de março, reúne milhares delas.

[\*Acesse a matéria completa no site de origem.\*](#)

---

# Brasil “choca” com proposta na ONU sobre direitos da mulher

(UOL| 14/03/2021 | Por Jamil Chade)

O governo da França se declarou “chocado” com a postura defendida pela aliança liderada pelo Brasil para impedir o acesso de mulheres à saúde sexual e reprodutiva. Num discurso nesta semana no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a diplomacia francesa atacou abertamente o bloco no qual a ministra Damares Alves (Direitos Humanos, Mulher e Família) tem um papel predominante.

O discurso ocorreu na terça-feira, um dia depois da data que marca o dia internacional da mulher. Naquele momento, o Brasil se recusou a aderir a uma declaração conjunta realizada por mais de 60 países para defender o direito de meninas e mulheres, inclusive no que se refere ao acesso a direitos reprodutivos e sexuais.

Desde o final do governo de Donald Trump, o Brasil assumiu de uma maneira informal a liderança de uma coalizão de países ultraconservadores que tentam minar qualquer brecha para que a ONU amplie direitos e proteções às mulheres.

[\*Acesse a matéria completa no site de origem.\*](#)

---

# Fundo de População da ONU publica histórias de mulheres baianas que fazem a diferença em suas comunidades

*No mês da Mulher, instituição dá visibilidade a lideranças que promovem ações de formação e informação em saúde sexual e reprodutiva, gênero, equidade e direitos humanos, na iniciativa batizada de “Força Motriz”*

A partir desta quarta-feira, 10/03, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil começa a contar a história de oito mulheres baianas que fazem a diferença em suas comunidades. Das periferias de Salvador, passando por Presidente Tancredo Neves, Itabuna, Uruçuca, entre outras localidades, essas mulheres desenvolvem ações de formação e informação em saúde sexual e reprodutiva e direitos humanos, atuando como catalisadoras na busca pela equidade de gênero e raça. A publicação, batizada de “Força Motriz”, será semanal, nos sites e redes sociais do UNFPA. Você pode conferir as histórias [aqui](#).

As personagens retratadas pela agência da ONU receberam, entre 2019 e 2020, apoio para o desenvolvimento de oito projetos de comunicação e sensibilização sobre a saúde sexual e reprodutiva de mulheres, especialmente mulheres negras, em edital da [Campanha Ela Decide](#) feito em parceria com o Fundo Elas. No total, o UNFPA investiu R\$ 378,3 mil na iniciativa. As ações apoiadas, presenciais e/ou virtuais e os materiais, alcançaram um público direto de mais de 3 mil mulheres, com idade entre 12 e 96 anos.

Agora, ao contar a história de quem está na liderança desses projetos, o Fundo de População da ONU mostra que o desenho de um futuro é construído a muitas mãos. Entre as pessoas retratadas, estão algumas

personalidades baianas como a jornalista Dina Lopes, da TV Kirimurê, e a jornalista e terapeuta Sueide Kintê. “É muito relevante retratar a história de vida dessas mulheres, que têm em comum um desejo de mudança e que são, especialmente agora, uma inspiração para todas nós”, afirma Astrid Bant, representante do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil.

Confira abaixo a primeira história da série ou acesse o site [aqui](#).

### **Salvando meninas**

Samaha Monteiro viveu muitas vidas e conheceu de perto a instabilidade e a violência. A primeira vez em que a artesã e empreendedora baiana viu o chão se abrir foi ainda na infância, diante da dependência química dos pais. “Nunca tinha comida em casa, nem segurança”, ela recorda. Crescendo em Itacaré, litoral-sul da Bahia, também estava acostumada ao assédio de homens muito mais velhos. Assediavam e não eram impedidos por sua família, segundo ela, porque era conveniente a presença dos hóspedes. Parecia até que seu corpo não era seu.

Aos 17, morando com o pai e cuidando de quatro irmãos, Samaha teve a primeira relação sexual com o namorado seis anos mais velho. Na única vez em que fez sexo desprotegida, engravidou. Uma gestação não intencional. Forçada indiretamente pelos acontecimentos a uma união precoce, sofreu depressão pós-parto e logo viu o namorado começar um relacionamento com outra pessoa. Uma menina de 13 anos.

Muitos anos depois de ir definitivamente embora de casa ao lado da filha, depois de passar, ela mesma, pelo abismo da dependência química e reencontrar a mãe, Samaha encontrou um homem mais velho, aquele que seria o pai de seus outros dois filhos. Achou que seria seguro, mas ele também trazia a violência nas mãos.

“Não sei quantas vezes fui ameaçada, quantas vezes peguei ônibus com a boca quebrada. Já cheguei na delegacia com sangue escorrendo pelas pernas. Eu tinha vergonha e não tinha para onde ir. E as pessoas só me diziam que eu tinha que aguentar, porque se eu havia escolhido abrir as pernas, se eu havia escolhido ter filho, era preciso me virar. É isso que uma

família, quando é pobre, diz para as mulheres que sofrem violência”, explica Samaha.

Morando no Distrito de Serra Grande, no município de Uruçuca, Samaha conheceu uma organização não governamental (ONG), começou a frequentar cursos de elaboração de projetos sociais e empreendedorismo e ouviu, pela primeira vez, falar de empoderamento. O que aprendeu colocou em prática e, separada do marido, tratou de garantir que ele nunca mais encostasse nela as mãos. Quando reviveu, pensou que precisava contar a sua história. “O que eu vivi não desejo para ninguém, especialmente para as meninas e eu tinha que dar um jeito de falar isso para elas”, diz.

Ao lado de uma professora de teatro e uma advogada, Samaha resgatou uma velha habilidade e criou o coletivo [Crochetando Empoderando](#), que oferece, além de assistência jurídica gratuita para vítimas de violência e oficinas de expressão corporal, aulas de crochê para adolescentes. “No começo eu pensava: quem iria querer aprender crochê? Isso é coisa de velho. Mas fui juntando as coisas e deu certo”, resume.

Quando inscreveu seu projeto no edital Ela Decide, uma realização do Fundo de População da ONU em parceria com o Fundo Elas, Samaha só queria duas coisas: evitar que mais meninas engravidassem na adolescência e que outras mulheres continuassem em relações abusivas. Queria contar sua própria história para fazer eco e mudar a história alheia. Só assim, ela diz, vai ser capaz de mudar o mundo. Só assim vai conseguir também salvar a si mesma. “A cada menina e mulher que eu ajudo, eu sinto como se me curasse um pouco”, resume. “E a gente ainda tem muito para fazer”.

Mais informações

Projeto: Sim, nós podemos!

Itacaré/BA

O projeto “Sim, nós podemos!”, do Coletivo Crochetando Empoderando, foi desenhado para ampliar o debate no Território Litoral Sul da Bahia sobre os direitos sexuais e reprodutivos de modo a estimular melhorias das ações e políticas públicas que colaborem para o acesso universal à saúde sexual e

reprodutiva e qualificar a demanda, por meio da ampliação do acesso à informação por parte de adolescentes e mulheres do território sobre o tema. Grande parte das atividades foram realizadas enquanto aconteciam oficinas de crochê, em um misto de rodas de diálogo e artesanato. O projeto também estabeleceu parceria com outros grupos e seguiu em diálogo e articulação com diversos grupos de mulheres para reverberar ainda mais as ações e informações. Pessoas beneficiadas diretamente pelo projeto: 500 mulheres e 82 homens.

Foto: Daniele Rodrigues